

# A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA PORTUGUESA NO RECÔNCAVO BAIANO: ESTUDO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

Tomás Cortez Wissenbach<sup>1</sup>

A constante revisão e as novas atribuições de significados da história e da geografia do Brasil costumam trazer consigo novas perspectivas epistemológicas e metodológicas. É este o sentido que tomou o atual debate de revisão dos processos de emancipação política do Brasil, e de formação do território e da nação brasileiros. O presente texto procura apontar uma possibilidade de articulação entre diferentes campos do conhecimento, notadamente a Geografia e a História, a partir de considerações sobre um importante momento histórico do país: a emancipação política da América Portuguesa, especificamente do que ocorreu no Recôncavo baiano.

A construção de uma geografia que traga como centro de suas preocupações o peso da espacialidade na história nacional, e que indaga inclusive a sua obliteração, tem se aglutinado em torno de pesquisas, as mais diversas. Os trabalhos alocados a partir de tais questões abrem um longo caminho a ser percorrido, com potencial de grande contribuição na difícil empreitada de conhecermos a nós mesmos, sociedade brasileira.

Com base nesse campo de indagações, quais sejam, as que se fazem imbricadas na formação territorial do Brasil, estabelecemos o horizonte do trabalho.

Entretanto, toda a construção que se proponha interdisciplinar, ou, mais precisamente, pretenda estabelecer o diálogo com diferentes formas do saber, corre uma série de riscos. O primeiro é o de perder uma perspectiva singular e transformar-se em uma simples compilação de informações. O segundo, talvez ignorado, mas de forte presença no meio acadêmico, é o de lidar com questões de caráter corporativo. Assim, como um pedido de licença aos colegas de outras disciplinas, e muitas vezes da própria geografia, se fazem necessárias considerações de caráter conceitual e metodológico.

## **Geografia e História**

Vamos começar pelas premissas metodológicas adotadas. A possibilidade de definir o campo geográfico, seu horizonte de indagações e problemas, seu objeto e sua forma

---

<sup>1</sup> Geógrafo pelo departamento de geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. [tomascw@terra.com.br](mailto:tomascw@terra.com.br)

adequada de compreendê-la, é, longe de ser uma unanimidade, felizmente questão de enorme discórdia. Uma das conseqüências desse intenso debate e que, não por acaso, daremos ênfase aqui, é a polêmica das inter-relações entre tempo e espaço, geografia e história.

A nossa compreensão em relação ao referido debate é a de que não podemos, nem devemos, partir do zero, isto é, situarmos unicamente no ponto de vista filosófico, principalmente no que diz respeito ao primeiro binômio, isto é, espaço/ tempo. Caso o fizéssemos, estaríamos fugindo do nosso propósito que, se não pretende ignorar questões ontológicas, não deve, por ora, ater-se a elas unicamente. Vamos, portanto, oferecer apenas um panorama de certa forma provisório, mas referido ao que já foi produzido no contexto do pensamento geográfico em relação ao tema, e que serve de referência para o trabalho.

Por sermos geógrafos, preferimos tomar como eixo o espaço e a geografia, na articulação de ambos com o tempo e com a história. Iniciando pela mais ampla noção da geografia, a avaliação é a de que o espaço, em si, não possui qualidades específicas que o permitam ser identificado no real. Isto é, não é possível falarmos em uma ontologia, esvaindo-se a possibilidade de considerá-lo como uma categoria de análise (Costa, 1983; Escolar, 1993). Ele deve ser visto, antes de tudo, como uma dimensão dos processos sociais, como um mediador de determinadas relações (Moraes, 2002).

Nega-se a possibilidade da geografia ser uma ciência do espaço (Santos, 1996), ou da dialética espacial como categoria analítica da sociedade (Soja, 1993). Não que tal formulação seja desprovida de qualquer sentido, mas é preciso qualificá-la melhor. Caso contrário, corre-se o risco de um retrocesso no que tange um grande avanço das ciências humanas no século XX - o de humanizar o homem. Ora, se o esforço foi o de considerar as sociedades humanas como sujeitos de sua história, de suas criações, de suas ações, não poderíamos desconsiderá-los no momento de proposições para o nosso campo de conhecimento. O objeto proposto será então o de captar as determinações e as especificidades na relação entre a sociedade e o espaço o que é, em si, uma relação social (Costa e Moraes, 1984).

Nesse momento, temos fundamentos para compreender as inter-relações que foram propostas anteriormente. Entendidos do ponto de vista da sociedade, a história e o tempo são, um processo e uma categoria respectivamente, que apreendem seus aspectos estruturais. A partir de um determinado método, chegaríamos às categorias de modo de produção e de formação econômico-social. Nesse sentido, assumimos que "(...) a temporalidade submete a espacialidade" (Moraes, 2000, p. 16) e que a história, entendida como o processo concreto e não como disciplina, é mais ampla do que a geografia.

Evidentemente que se trata de uma leitura bastante polêmica, questionada por muitos autores de maneira contundente. As mais fortes críticas vêm hoje daqueles autores que têm como objetivo desconstruir as referências da modernidade - que vêm a historicidade dos processos como fundamentais para sua compreensão. A nova proposta pode ser bem ilustrada pelo seguinte trecho do livro *Geografias pós-modernas* de Edward Soja:

Compreender como a história é feita constitui a fonte primordial de discernimento emancipatório e consciência política prática, o grande continente mutável de uma interpretação crítica da vida e da prática sociais. Hoje, porém, talvez seja mais o espaço do que o tempo que oculta de nós as conseqüências, mais a “construção da geografia” do que a construção da “história” que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador. São essas a premissa e a promessa insistentes das geografias pós-modernas.<sup>2</sup>

Antes de recorrermos a questões de coerência lógica do pensamento referido, preferimos, até por limitações, optar por questões empíricas. Nesse sentido, como poderíamos compreender a segregação espacial nas metrópoles senão por um contínuo processo de espoliação urbana? Como poderíamos entender os problemas de integração interna no território brasileiro, senão pela concentração de investimentos em infra-estrutura, resultantes de disputas políticas em que uma determinada elite regional e setorial saiu vencedora? Por que não se democratizou o acesso à terra e à terra com infra-estrutura no campo e na cidade? Como entender a desigualdade social materializada nas paisagens brasileiras se não recorrermos aos processos históricos, de problemas que foram resolvidos por disputas políticas?

Assim, entendemos que não cabe ao nosso campo disciplinar apresentar-se como uma nova forma do conhecimento social e da teoria crítica, se não levantar questões próprias que muitas vezes escapam à atenção dos demais cientistas sociais. Nesse sentido é que, considerando o movimento da história como fundamental para a compreensão adequada e pertinente dos processos e fenômenos sociais, estabelecemos, a partir da geografia histórica, análises retrospectivas.

Um outro tipo de crítica recorrente no debate acadêmico diz respeito à suposta ausência de compromisso político e ideológico dos trabalhos de geografia histórica. A não realização de trabalhos de campo seria uma evidência do descompromisso social. Mas o principal pressuposto encontrado é o de que somente as questões do presente detêm a legitimidade de serem socialmente relevantes.

---

<sup>2</sup> SOJA, Edward B. *Geografias pós-modernas*. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

A história e a memória são elementos que permitem aos cidadãos tomar consciência de o que é nossa sociedade. Nesse sentido, recorreremos à referência de Antony Smith em relação à tragédia de Sófocles, Édipo Rei: só quando sabemos quem realmente somos é que podemos, verdadeiramente, dar significado ao nosso destino. Assim, uma identidade combativa ou reacionária tem seus fundamentos em determinadas visões da trajetória coletiva, das quais resultam os projetos para o futuro. O mito do povo pacífico e conformado é um bom exemplo. Sendo assim, a história tem uma importância demasiada para que fique somente com os historiadores.

Ora, a análise retrospectiva é necessária para uma leitura pertinente dos processos sociais atuais. Se sentimos a necessidade de abordagens geográficas da história, não consideramos um despropósito, do ponto de vista de uma ação transformadora, invocar um conhecimento histórico e geográfico da sociedade. Logo, não vemos problemas em trabalharmos com períodos passados unicamente.

Felizmente, a preocupação em considerar a dimensão do território em nossa história social tem sido crescentemente o objeto de pesquisa dos geógrafos. No entanto, trata-se de um tema que tem pela frente uma enorme demanda de trabalho, e ainda poucos pesquisadores.

É possível que, ora uma exaltação fetichista da geografia e do espaço e, ora uma desvalorização da história como saber transformador da sociedade contribuam para que o pequeno número de geógrafos envolvidos nessa temática se mantenha. De qualquer forma, temos no pólo oposto fortalecimento no âmbito acadêmico de formulações como a que Luís Felipe de Alencastro. O autor nos introduz a ela logo no início do seu livro *O trato dos viventes*:

Nossa história territorial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. Ora, a idéia exposta nesse livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial (grifo nosso), um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII.<sup>3</sup>

Nos deparamos com uma proposta que podemos situar no pólo oposto das formulações de Soja. Trata-se, agora, de entender o surgimento do Brasil fora do seu

---

<sup>3</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 9.

território. Ou seja, de considerar a geografia como campo disciplinar desnecessário ao entendimento do país. Retomaremos a nossa visão da importância da geografia na formação da sociedade, Estado e nação brasileiros. No momento cabe assinalar que tais concepções têm possibilidades de validação não apenas por sua erudição e consistência histórica (méritos do citado autor), mas talvez da pouca importância dada pela comunidade geográfica (com nobres exceções) aos temas da geografia histórica. Cabe aqui uma crítica à constante evocação pelos trabalhos interdisciplinares, e sua pouca aplicação prática, muitas vezes em razão de uma frágil exaltação disciplinar.

Antes de seguir com uma maior definição dos conceitos que trabalhamos, cabe reforçar a seguinte assertiva: a geografia é, sem nenhum demérito, uma “visão angular da história” (Moraes, 2002).

### **A Geografia Histórica**

A Geografia Histórica tem se constituído como um sub-campo da Geografia desde a institucionalização da disciplina no âmbito universitário, no final do século XIX.<sup>4</sup> Suas origens remetem a três temas: os estudos das mudanças históricas das fronteiras políticas; as análises da geografia material de tempos passados; e trabalhos associados à história das explorações e descobertas e à cartografia antiga.<sup>5</sup>

As bases da geografia histórica moderna foram construídas nas décadas de 20 e 30, do século XX, tendo como lugar privilegiado a Inglaterra. A partir daí, concepções as mais diversas foram desenvolvidas por muitos autores.

Entre 1930 e o início da década de 60, o sub-campo foi tido como central para a disciplina como um todo. H. C. Darby, um dos maiores expoentes na época, lançou na década de 30 os seus principais trabalhos: sua tese de doutorado *The Role of the Fenland in English History*, em 1931; e *An Historical Geography of England before aD 1800*, de 1936, que escreveu em conjunto com outros autores. Em ambos trabalhos, o autor recuperou a idéia de Geografia Histórica como uma reconstrução de geografias materiais passadas. No primeiro tratou da relação entre um ambiente natural reconstituído e a história política. No segundo, inovou introduzindo o método dos *cross-sections* – tipo de periodização que trabalha com momentos históricos e lugares representativos, comparando-os entre si. A

---

<sup>4</sup> Johnston, R. J.; Gregory, D.; Smith, D. M. *The Dictionary of Human Geography*. 3th. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1994, p. 247.

<sup>5</sup> Zusman, Perla Brígida. *Tierras para el Rey. Tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de La Plata (1750-1790)*. Barcelona, 2000. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia, Universidade Autônoma de Barcelona, p. 26.

partir do conceito de paisagem, utilizando-se de fontes históricas, dados estatísticos e cartografias de época, o autor revela uma produção eminentemente descritiva.<sup>6</sup>

As diferentes abordagens da Geografia Histórica pretendiam, para além do seu empirismo epistemológico, se contrapor às posturas deterministas. No dizer de Perla Zuzman, a análise do “caráter histórico da conformação da geografia material” era o que importava aos autores dessa linha de investigação.<sup>7</sup> Não obstante, articulando diferentes concepções de tempo e de espaço, e revelando uma preocupação maior em se diferenciar do campo específico da História, os autores acabaram por adotar visões inertes do espaço e lineares do tempo, resultando na naturalização ontológica e epistemológica dos processos sociais. Dessa forma, o projeto de Geografia Histórica que se desenvolveu até os anos 70, distanciou-se, na sua prática, daquilo que a motivou como projeto epistemológico: a interpretação das ações humanas com uma abordagem diferenciada daquela das ciências naturais.<sup>8</sup>

Outra presença forte da Geografia Histórica deu-se nos estudos regionais, fundamentados na geografia francesa. Estes trabalhos costumavam a trazer um forte componente histórico como prelúdio para as discussões contemporâneas.<sup>9</sup>

O papel central exercido pela Geografia Histórica na ciência geográfica como um todo foi abalado na década de 60 e início da década de 70, com a introdução dos métodos quantitativos nesta disciplina. O seu empirismo descritivo ficou fora de compasso em relação às tentativas de *explicar* o mundo por meio das teorias da organização espacial. Além disso, o tratamento estatístico revelou-se limitado quando aplicado aos estudos de cunho histórico.<sup>10</sup>

Entretanto, o isolamento levou geógrafos como A. Baker a buscar inspiração em outras ciências sociais como a Economia, a Antropologia Histórica e a História Social. No contexto dessa busca inserem-se as críticas e a conseqüente crise da Geografia quantitativa. Entre os trabalhos representativos desta revisão, poderíamos citar: Alan Baker e Mark Billingle, *Period and Place. Research Methods in Historical Geography*, de 1982; Derek Gregory, “Action and Structure in Historical Geography”, também de 1982. São eles, entre outros, os responsáveis por apontar a necessidade de se estabelecer um diálogo

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 27/8.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 28-31.

<sup>9</sup> Cf. Johnston, R. J.; Gregory, D.; Smith, D. M. *The Dictionary of Human Geography*, p. 247. No Brasil estes trabalhos foram responsáveis por extensos levantamentos de histórias locais, por exemplo: França, A. *A Ilha de São Sebastião: Estudo de geografia humana*. São Paulo: Edusp, 1954. Neste estudo, o autor realiza um importante levantamento da história regional do litoral norte de São Paulo a fim de discutir questões que lhe eram contemporâneas.

<sup>10</sup> Cf. Johnston, R. J.; Gregory, D.; Smith, D. M. *The Dictionary of Human Geography*, p. 248.

interdisciplinar aberto com outros campos das ciências humanas. Com isso, o grupo priorizou a compreensão da sociedade, combatendo a coisificação do espaço e a ênfase na análise morfológica, tão presentes na história da disciplina. No entanto eles parecem ter pecado pelo excesso, concebendo o espaço como um dado ou mero reflexo da sociedade.<sup>11</sup>

Nos anos de 1990, alguns dos mesmos geógrafos que na década anterior haviam renovado as leituras da História da Geografia, passaram a se interessar pelas relações entre o discurso geográfico, as representações do mundo colonial e os projetos políticos metropolitanos. Retomou-se o interesse em analisar o compromisso político do campo disciplinar com variadas propostas de formação territorial, em diferentes contextos históricos. Classificados como estudos pós-coloniais,<sup>12</sup> ao privilegiar as *imaginações geográficas* em relação às *imaginações históricas*, alinham-se epistemologicamente com as tendências pós-modernas por um lado, e por outro tentam uma ruptura com uma perspectiva inerte do espaço.<sup>13</sup> No contexto contemporâneo podemos mencionar: Garcia Ramón e outros (1998), “Voices from the Margins: Gender Images of ‘Otherness’ in Colonial Morocco”; J. N. Entrikin (1998) “Blurred Boundaries: Humanism and Social Science in Historical Geography”.

Indagando sobre o motivo do renovado interesse pela Geografia Histórica, encontramos, por um lado, um lastro comum que reside simplesmente no fato de que tais estudos se referem ao passado. Por outro, e isso parece ser mais importante é a característica de serem análises retrospectivas que tomam como ponto de partida questões do presente.<sup>14</sup>

Perla Zusman considera que a Geografia História estaria, dessa forma, entre a tradição empírica, mundo da materialidade, e a inovação epistemológica, o mundo da representação.<sup>15</sup> É assim, no interesse de tratar das implicações políticas das formas espaciais produzidas em um contexto colonial que situamos a presente pesquisa.

Este trabalho insere-se no contexto dos estudos referentes à formação territorial do Brasil, ainda que sob o recorte temporal restrito. Neste sentido procura tratar de um momento fundamental, qual seja, o processo de emancipação política da colônia e a

---

<sup>11</sup> Zusman, P. B., *Tierras para el Rey*, p. 33.

<sup>12</sup> O pós-colonialismo foi um movimento que abrangeu trabalhos intelectuais e literários que, diante do impacto do imperialismo, buscaram descolonizar as mentes. Na Geografia estabeleceu debates em torno do nacionalismo e sua relação com as imagens espaciais, territoriais e cartográficas. Cf. Johnston, R. J.; Gregory, D.; Smith, D. M. *The Dictionary of Human Geography*, p. 466.

<sup>13</sup> Zusman, P. B., *Tierras para el Rey*, p. 35.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 38.

formação do Estado e da nação brasileiros. Indaga o peso da configuração do território neste processo, ou no dizer de Milton Santos, da *inércia dinâmica*<sup>16</sup> de suas formas.

### **A emancipação política da América portuguesa: perspectivas historiográficas**

No âmbito da presente discussão, não podemos deixar de considerar o contexto dos debates historiográficos nos quais estamos inseridos, retomando a polêmica e as indefinições do processo de emancipação política da América portuguesa em 1822. O repertório existente é extremamente diversificado; alguns autores minimizam o processo, outros o exaltam; alguns jogam o peso interpretativo em 1808, outros preferem uma abordagem de longa duração. Podemos, entretanto, levantar três questões que permeiam o entendimento da questão: a de que se configura a partir de 1822 um dos poucos regimes monárquicos no período pós-independência da América; de que a independência reitera o escravismo fazendo com que o Brasil se transforme no último país americano em que esta foi abolida; e, por fim, o de ser o único processo que assegurou a unidade territorial.

Diante deste quadro, desejamos nos remeter a alguns trabalhos sobre o período a fim de evitar uma visão unívoca do período, caracterizando o marco temporal da pesquisa a partir das questões existentes e sugerindo suas possíveis contribuições.

O primeiro trabalho a ser destacado é o de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942. Possivelmente, o fato de ter sido elaborado nos primórdios da industrialização, quando a economia brasileira ainda se fundamentava no meio agrário, levou o autor a considerar o desfecho do período colonial como determinante na formação do Brasil que lhe era contemporâneo. Este jogo de perspectivas, característica do trabalho do autor, explicita não só o título como sua ênfase na fase da independência. Neste sentido, o centro da interpretação do processo de emancipação política da colônia reside nas continuidades configuradas em torno da grande propriedade, do escravismo e do caráter eminentemente exportador da economia.

Por outro lado, e isto constitui um horizonte de diálogo com esta pesquisa, Prado Jr. valoriza sobremaneira a vida material, abordando-a como uma síntese de três séculos de colonização, produzida a partir da lógica de uma “vasta empresa colonial”.<sup>17</sup> Esta interpretação habilita-o a olhar para a América portuguesa pré-independência sob uma perspectiva territorial, vendo a extrema inércia de sua constituição. Desta maneira, muitas das questões presentes na época colonial permaneceram; entre elas, as desigualdades regionais e a parca integração interna.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Ver Santos, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>17</sup> Prado Jr, C., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 31.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 11.



Por fim, para explicitar a visão do legado da unidade territorial que havia sido assegurada, destaca-se a seguinte passagem:

Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil; mas, ao mesmo tempo, ônus tremendo que pesará sobre a colônia e depois sobre a nação, provocando como provocou esta disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola os indivíduos, cinde o povoamento em núcleos esparsos de contato e comunicações difíceis, muitas vezes até impossíveis.<sup>19</sup>

Não poderíamos seguir com o tema da emancipação política sem tratarmos de um dos seus estudos fundamentais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)* de Fernando Novais. Baseado em tese de doutorado do autor, concluída no início da década de 70, o livro foi publicado em 1979.<sup>20</sup> O trabalho de Novais procura um tipo de abordagem que fuja de duas linhas mestras que, segundo o autor, caracterizaram a historiografia da independência. A primeira das linhas transferia para o plano interno, integralmente, todo o centro de decisões, isolando o processo de emancipação política do contexto mundial. A segunda delas, minimizava a importância do processo, considerando-o apenas uma transferência de metrópoles, de Portugal para a Inglaterra.

A partir disso, Novais trilha o seu caminho analítico sob um ponto de vista menos preocupado em descrever, pormenorizadamente, os acontecimentos, voltando-se mais para uma análise estrutural, qual seja, a da crise do sistema colonial do Antigo Regime. Isto significou que o processo de independência não poderia ser entendido apenas nas relações de uma colônia com a sua metrópole.

A compreensão estaria vinculada, de fato, no entendimento de que o processo moderno de colonização, que fez parte da consolidação do capitalismo mundial, foi engendrado sob o Antigo Regime (absolutismo, capitalismo comercial e sociedade estamental) que, ao se desestruturar, tornou insustentável a manutenção do antigo sistema colonial.

Novais trabalha com a idéia de que o sistema colonial define-se a partir dos mecanismos pelos quais a colonização se ajusta às funções que exerce no conjunto maior, isto é, uma forma de acumulação originária favorecendo uma burguesia mercantil, na consolidação do capitalismo mundial. Desta forma o sistema colonial engloba três aspectos fundamentais: exclusivo colonial, escravismo africano (como força motriz da produção de mercadorias na colônia) e tráfico negroiro.

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>20</sup> Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979. Ver também do mesmo autor: *As dimensões da independência*. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 15-27.

Postos os fundamentos do equilíbrio, emerge a idéia de crise. Trata-se de uma leitura, como define Novais, que a vê engendrada no bojo do seu próprio funcionamento. Em primeiro lugar, a condição para explorar uma colônia é desenvolvê-la, o que, necessariamente, leva à agudização do conflito entre interesses externos e internalizados. Em segundo, e isso parece adquirir maior significado no trabalho, a exploração colonial impulsiona a industrialização da metrópole (no caso as riquezas são drenadas para a Inglaterra). Uma vez que isso implica em uma outra lógica de funcionamento do sistema, a do chamado capitalismo industrial.

Pois bem, este novo tipo de capitalismo não se acomoda nem com as barreiras do exclusivo colonial nem com o regime escravista de trabalho. Começa assim a ser visto como entrave nas metrópoles. O aparecimento do capitalismo industrial em uma das metrópoles bastou para que as tensões se agravassem de forma insuportável. A abertura dos portos em 1808, a revolução do Porto em 1820 e a declaração formal da emancipação política do Brasil em 1822, foram eventos que devem ser compreendidos dentro deste contexto de crise. Configuram-se, nas palavras de Novais, como um “feixe inextricável de contradições” que

[...] explode enfim em 1807/1808, e a vinda da Corte para o Brasil, marca a primeira ruptura definitiva do antigo sistema. A abertura dos portos do Brasil, imposta pelas circunstâncias e decretada como provisória, seria na realidade irreversível. E assim se configurava a nossa ‘inversão do pacto’, fenômeno característico da crise do sistema colonial. No caso da Inglaterra, centro da revolução industrial, as colônias se tornaram onerosas para a metrópole, que pode contudo romper unilateralmente o pacto e ainda manter o domínio político sobre elas. Aqui, ao contrário, é a colônia que se transforma em sede do governo. Daí a forma particular que assumiria, de um lado, nosso processo de independência política, de outro, o advento do liberalismo em Portugal.<sup>21</sup>

Outro trabalho de incontestável valor historiográfico, e que ganha relevância no bojo da presente discussão, é o de Maria Odila Leite da Silva Dias – “A interiorização da Metrópole (1808 – 1853)”, publicado em 1972. Segunda a autora, o processo que dá título ao trabalho teria início com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e se consolidaria com a afirmação do poder central do Império e a garantia da unidade territorial — por vezes ameaçada — ao longo da primeira metade do século XIX.

O processo marcaria, por sua vez, a afirmação do centro-sul brasileiro como eixo preferencial de articulação política, e do Rio de Janeiro como centro do novo Império. Instituíam-se com isso uma relação análoga à de metrópole / colônia, ocorrendo, porém,

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 298.

internamente ao território brasileiro. As *colônias* seriam as províncias do norte e nordeste brasileiro.

Neste estudo é de grande contribuição para a compreensão do período a desvinculação entre a separação política da metrópole e a consolidação da unidade nacional, ainda que ambos guardassem uma relação próxima entre si. Trata-se, segundo a autora, de dois processos distintos que ocorreram em momentos igualmente diferenciados. O primeiro, tendo como marco os anos entre 1808 e 1822; o segundo, a consolidação da unidade territorial sob a égide do governo central, ocorreria de fato entre 1840 e 1850.

Acentuando o caráter conservador do processo de emancipação política brasileira, Dias evita, inclusive, o uso do termo independência. Para ela, a mudança intrínseca à declaração de emancipação da colônia seria a única maneira de manter a estrutura política, econômica, social e administrativa, interiorizando a metrópole:

A sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha outra alternativa ao findar do século XVIII senão a de transformar-se em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da corte tornaram possível.<sup>22</sup>

Por isso, a autora trabalha, e isto é fundamental para nossas reflexões, com a idéia de enraizamento de interesses portugueses como um processo interno de ajuste às pressões que ocorrem no plano externo.<sup>23</sup>

Além disso, o trabalho sugere que o sentimento de insegurança social e o medo de uma revolta escrava ou de mestiços tiveram papel político importante na primeira metade do século XIX, momento em que regionalismos e diversidade de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da sociedade brasileira.

Avançando na discussão, coloca-se o trabalho de João Luís Ribeiro Fragoso – *Homens de grossa aventura*, publicado em 1992, baseado na sua tese de doutorado, defendida em 1990.

Ao estudar a montagem de uma estrutura produtiva cafeeira no médio Vale do Paraíba, o autor faz uma revisão dos fundamentos da economia colonial. Para Fragoso, boa parte dos diagnósticos sobre a conjuntura econômica do início do século XIX, pressupõe

---

<sup>22</sup> Dias, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: Mota, C. G. (org.), *1822: Dimensões*, p. 170.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 165.

que a economia colonial teria o seu ritmo determinado pelo mercado internacional, ou melhor, pelas economias dominantes.<sup>24</sup>

Embora não se preste a um revisionismo excessivo, o autor apresenta algumas ressalvas: existe a possibilidade de a “agroexportação manter receitas positivas em época de queda dos preços internacionais”;<sup>25</sup> o desempenho da economia colonial não pode ser medido apenas pelo seu setor exportador;<sup>26</sup> a dimensão do mercado interno é considerável.<sup>27</sup> Pode-se falar desta forma na possibilidade de acumulação endógena no espaço colonial, a partir de um mercado interno, mesmo em conjunturas internacionais adversas.

Verificando que a montagem da agricultura escravista no Vale do Paraíba no fim do século XVIII e início do XIX tinha origem em grandes fortunas cariocas e mineiras, Fragoso afirma:

Desse modo, nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século seguinte, na montagem de sistemas agrários escravistas-exportadores em áreas de fronteira, verifica-se a transformação da acumulação mercantil em produção. Ou melhor, o capital mercantil periodicamente recria uma forma de produção historicamente dada. De certa maneira, por conseguinte, estaríamos diante de um processo que se assemelha àquele visto na constituição da sociedade e economia coloniais montadas, nos tempos modernos, a partir da expansão mercantil ultramarina européia. A diferença entre um e outro processo estaria no fato de que o movimento aqui considerado se dá endogenamente ao mundo colonial. Aquela recriação do sistema agrário escravista agora surge como um processo necessário para a reiteração da sociedade e economia coloniais.<sup>28</sup>

O autor não nega que os traços estruturais mais amplos da economia colonial eram o seu caráter escravista e exportador. O que ele pretende demonstrar é que existiam “(...) outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se

---

<sup>24</sup> Fragoso, J. L. R., *Homens de grossa aventura*, p. 17

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 19

<sup>26</sup> Para reforçar o seu argumento, Fragoso faz a seguinte comparação: enquanto os preços do açúcar branco exportado do Rio de Janeiro caem a uma taxa anual de 7,5% e suas receitas a 17,9%, os preços de produtos de abastecimento, como farinha e charque, caem apenas a 0,5% e 0,4% por ano, respectivamente, mas suas receitas crescem, por ano, a 3,8% no caso do charque e a 10,4% no da farinha. *Ibidem*, p. 19/20.

<sup>27</sup> Entre 1799 e 1811, o volume anual do açúcar branco exportado do Rio cai 23,2%, já o volume que entra no mesmo porto cresce a pouco menos do que 2,7% ao ano; entre 1799 e 1815, o volume de açúcar exportado cai 5,4% ao ano enquanto o de charque cresce 7,4% e o de farinha 16,2% anualmente. *Ibidem*, *ibidem* p. 21.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 25.

realizariam acumulações endógenas. A conjugação desses elementos lhe permitia uma dinâmica interna e peculiar que não se reduziria às conjunções externas.”<sup>29</sup>

Para concluir este breve apanhado das questões historiográficas em torno da problemática da independência, cabe um destaque ao trabalho de Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta, *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*, publicado em 2000, e que nos serve como referência ao estado da arte deste tema no Brasil.<sup>30</sup>

Em primeiro lugar, podemos dizer que nesta análise, a independência assume um novo significado com sua vinculação ao processo de construção do Estado e da nação brasileiros. A este eixo proposto converge uma série de estudos realizados anteriormente (entre eles o trabalho de Dias já citado) que não considera a identidade nacional um dado prévio ao processo de emancipação política da colônia. Nesta perspectiva, o termo Brasil não designaria uma territorialidade subjacente a determinada identidade política; a independência não poderia ser vista como um projeto nacional, pois aqueles que habitavam este território, inclusive as elites que conduziram o processo, não se viam como brasileiros.<sup>31</sup>

Diante disso, os autores pontuam que a emergência do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência de múltiplas identidades políticas coletivas,<sup>32</sup> cada qual com a sua leitura do passado, sua avaliação do presente e o seu projeto para o futuro. Tal assertiva abre um campo para novas pesquisas relacionadas ao estudo das formações identitárias, subsidiárias à compreensão do processo que instituiu o Estado, centralizando o poder em um ambiente político fragmentado.

Considerando que as identidades são reflexivas, isto é, se constroem na sua negatividade, dois elementos seriam fundamentais para compreendê-las. O primeiro deles seria a transformação do colonizador em colono, o que implica na apreensão deste sujeito social como “(...) agente de reiteração ampliada de uma formação societária particular informadora dos objetivos de sua ação, já agora desdobramento de uma trajetória coletiva instituidora de sua legitimidade e ancestralidade”.<sup>33</sup> Este fenômeno acarretou a formação de uma elite que tinha na identidade portuguesa o seu elemento de diferenciação interna. O segundo, admitiria que cada situação regional — com seus centros de convergência da

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>30</sup> Jancsó, Istvan; Pimenta, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: Mota, C. G. (org.) *Viagem incompleta : a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo : SENAC, 2000, vol.1, p. 129-175.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 136.

produção e gestão do território colonial português — continha as condições para a “emergência de sua múltipla negatividade” que alimentava as identidades coletivas.<sup>34</sup>

A conclusão do trabalho destes autores, que evidentemente mais ilumina caminhos do que fecha questões, afirma que a nação brasileira pôde ser pensada, e só desta maneira, sempre que apoiada no Estado. Por outro lado, a adoção de um inimigo interno (movimentos populares, que resgatavam pendências sociais) e o escravismo serviram como elemento de coesão de elites regionais, cujos interesses eram bastante conflitantes, em torno de um governo central no Rio de Janeiro.<sup>35</sup>

Uma pesquisa que busque caracterizar uma determinada região, tomando como referência a materialidade de sua vida econômica, pode dar seqüência a uma das dimensões que ajudam a compreender tais identidades coletivas. Em um momento de incertezas e provisoriedades, as identidades que se expressam no processo de independência teriam, segundo o nosso entendimento, uma ligação com a geografia material de cada uma das regiões que formavam o território colonial.

### **A Geografia Histórica e o estudo da emancipação política**

Diante de importantes perspectivas oferecidas pelas constantes revisões historiográficas da independência, podemos articular os conceitos próprios da geografia que possam contribuir para uma outra visão do processo. Ao privilegiarmos conceitos próprios da geografia, nos apoiamos em geógrafos que deram especial destaque ao papel do território no processo de formação do estado e da nação brasileiros. Para tanto, recorreremos ao texto de Demétrio Magnoli: “O Estado em busca de seu território”.

Em seu artigo Magnoli procura dar a sua contribuição ao processo transitório de montagem do Estado brasileiro, dando destaque ao papel do território. Assim, considera o ano de 1822, como marco de passagem para uma nova fonte de soberania territorial. Considera ainda a legitimação dinástica sob o aspecto externo e interno ao novo Estado que surge. No plano das relações exteriores, o princípio hereditário da casa de Bragança fornece uma saída relativamente fácil, indicando a “continuidade da ruptura”. Já no tocante à questão interna, o artigo discorre sobre as conflitantes relações entre poder imperial, oligarquias e escravidão, deixando espaço ainda para o esquecido papel dos fundos territoriais e a sua apropriação – objeto específico do trabalho. Além disso, menciona o importante papel ideológico desempenhado pelo mito de um território nacional prévio ao Estado brasileiro. Lança, dessa forma e referindo-se à Moraes, a seguinte hipótese:

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 170.

A abertura de rotas, a fundação de povoações e fortificações, a usurpação de terras indígenas e a valorização econômica de novas áreas geravam interesses e ativos negócios voltados para a apropriação dos imensos “fundos territoriais” disponíveis. A sua hipótese principal, que incide sobre a interpretação de independência e da consolidação do Estado imperial, é a de que a continuidade da marcha de apropriação dependia da unidade política dos territórios coloniais portugueses.<sup>36</sup>

Para subsidiar a sua hipótese, o autor retoma aspectos políticos e econômicos, no período de crise do sistema colonial. O faz evidentemente com destaque para o território. Nessa toada ganham destaque, em primeiro lugar, o Tratado de Madri e a administração pombalina.

Em relação a esse segundo ponto – a gestão de Pombal – há de se destacar inicialmente a criação de cias. de comércio que procuravam articular o interesse em recuperar as rendas mercantis dos comerciantes portugueses e, ao mesmo tempo, corresponder aos múltiplos interesses regionais.

Outra mudança importante, e que escapa da já valorizada modernização administrativa, é o novo papel das capitanias. Pombal acaba com as hereditárias, e forma novos blocos que, ligados diretamente à coroa, recebem o desígnio de promover a apropriação e valorização territorial. . A cada uma cabe um papel específico:

O Rio de Janeiro seria o nexo central das relações entre a Coroa e as colônias; São Paulo, Mato Grosso e Goiás tratariam da apropriação do Oeste e fronteira do Guaporé e das terras meridionais; Bahia e Pernambuco centralizavam dois blocos do “nordeste velho”; Maranhão e Piauí, os centros no “nordeste novo”; Grão-Pará e Rio Negro, a vastidão amazônica; e São Pedro, a integração da colônia do sacramento.

As frentes de expansão também foram consideradas de grande importância, a partir da hipótese desenvolvida:

Sob a moldura política oriunda da organização pombalina, é possível identificar as grandes “frentes de apropriação territorial” que se desenvolveram na segunda metade do século XVIII. Os processos de apropriação em curso configuraram novas redes de intercâmbio e geraram interesses muito concretos ligados aos vastos “fundos territoriais” disponíveis para os colonos.<sup>37</sup>

Com base na caracterização das frentes de apropriação territorial, Magnoli discorre sobre as suas implicações. Em primeiro lugar, considera que estas expressavam uma

---

<sup>36</sup> P.287

<sup>37</sup> p. 289.

convergência entre interesses geopolíticos da metrópole e interesses localizados dos colonos. Além disso:

As novas redes de intercâmbio que conectavam mercados refletiam o caráter muito mais complexo da economia colonial. Nessa época, ao lado dos grandes interesses exportadores e dos negócios ligados ao tráfico externo e interno de escravos, erguia-se uma teia difusa de interesses e negócios associados ao intercâmbio entre as colônias brasileiras.<sup>38</sup>

Entretanto, apesar da frente de expansão territorial ter integrado mercados, em escalas regionais ampliadas, inexistia no plano político um território unificado. Nesse momento é que a crise do sistema colonial coloca para as elites um nova possibilidade de arranjo político. A grande mudança que o autor coloca no contexto interpretativo da independência é a de considerar essas frentes como elemento importante. Isso ocorre, porque somente a unidade territorial tornaria possível a continuidade do processo de apropriação e valorização territorial em curso, “(...) mas, essa alternativa dependia da existência de um centro político poderoso, e ainda, da legitimação da soberania territorial proporcionados pelo Estado imperial.”<sup>39</sup>

Dessa forma, Demétrio interpreta o nascimento do Estado imperial como um meio de se evitar o risco de uma fragmentação republicana, isto, é “como instrumento de unidade política e territorial”, e assim garantir o processo de apropriação das frentes de apropriação. A divisão do território indica isso, já que as províncias eram mera divisão administrativa e unidades políticas. Seria preciso ainda uma construção ideológica de um Estado imaginário. Conclui, portanto, o autor: “O Estado imperial concluiu, assim, o programa de construção da unidade que constituiu, em grande medida, a sua razão de existência.”<sup>40</sup>

### **O Recôncavo**

Diante de algumas constatações realizadas dentro da perspectiva territorial sobre a emancipação política, temos o estudo do Recôncavo e, mais especificamente, das suas materialidades espacializadas, um desdobramento das possibilidades de análise reveladas. Antes de prosseguir temos que definir alguns conceitos do trabalho.

Assumimos a categoria formação territorial como um recurso para articular as dimensões cultural, política e econômica de uma sociedade na sua espacialidade.<sup>41</sup> Tal

---

<sup>38</sup> p. 294.

<sup>39</sup> p.294.

<sup>40</sup> p. 296

<sup>41</sup> Moraes, A. C. R. *Geografia, capitalismo e meio ambiente*. São Paulo, 2000. Tese de Livre Docência - Departamento de Geografia-FFLCH, Universidade de São Paulo.



assertiva pressupõe que a vida social desenrola-se em um determinado espaço, qualificando-o como seu território, sendo a formação territorial uma de suas particularidades.

Dentro da perspectiva de formação territorial, nosso trabalho dar-se-á no sentido de caracterizar o Recôncavo como uma região. Este conceito é, no nosso entender, desprovido de naturalidade. Dessa forma, somente uma investigação que demonstre uma relativa autonomia política e econômica e uma certa interdependência produtiva pode caracterizá-la como tal. Faz-se mister, nesse momento, introduzirmos o conceito de região que será utilizado nas páginas que seguem.

Ironicamente, o conceito de região adotado explicita-se na obra de um historiador. É Ilmar Mattos quem trata, a nosso contento, das características definidoras de uma região colonial.<sup>42</sup> Segundo ele, deve-se partir da consideração de que a colonização na América portuguesa, de caráter claramente comercial, extrapolou a esfera da circulação alcançando a da produção. Isso porque não foram encontrados, de imediato, nem recursos naturais altamente rentáveis, como o ouro e a prata, nem sociedades com as quais fosse possível estabelecer um comércio promissor de especiarias. Dessa forma a produção de açúcar, instalada desde meados do século XVI, garantiu, ao mesmo tempo, a defesa das possessões ultramarinas e o comércio de uma mercadoria lucrativa.

Inicialmente, a empresa açucareira dependia dos estímulos externos para praticamente tudo: da ajuda militar aos capitais necessários para a formação dos engenhos. À medida, porém, que se formou uma rede de abastecimento, processos de acumulação de capital endógenos — para acrescentar a expressão de Fragoso <sup>43</sup>—, e uma maior possibilidade de recrutamento de tropas, a região colonial foi se constituindo no interior da colônia. Concebida desta forma, é ela (a região) que dá sentido aos agentes sociais presentes no movimento da colonização:

Deste modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais. [...] a região — a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social — só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos como aqueles externos.<sup>44</sup>

Na visão de Barickman, o Recôncavo no fim do período colonial:

---

<sup>42</sup> Mattos, I. R. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

<sup>43</sup> Fragoso, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>44</sup> Mattos, I. R. *O tempo saquarema*, p. 23/24.

(...) não era apenas umas das áreas mais antigas e bem estabelecidas de agricultura escravista no Novo Mundo; dentro dos seus limites bastante restritos, exibia um grau notável de diversidade física, social e econômica – como que combinando a Jamaica e São Domingos com a *tidewater* da Virginia e Maryland numa única economia regional baseada na mão-de-obra escrava.<sup>45</sup>

A comparação do autor não é desprovida de sentido, e mostra como um aprofundamento na compreensão do mundo rural desta região pode ser importante para subsidiar uma história comparativa da colonização americana. Em meio a um contexto de especialização regional, combinavam-se culturas de tão diferente organização social, como o fumo e a cana-de-açúcar, embora ambos fossem modalidades da agricultura escravista exportadora.

Outro autor que destaca sua importância é Stuart Schwartz:

(...) seus senhores de engenho dominavam a vida social e política da capitania por toda a sua história. Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos.<sup>46</sup>

A centralidade que a economia do açúcar desempenhou na sociedade do Recôncavo, e desta na América portuguesa, é incontestável. Ainda assim, existem divergências em relação ao peso das culturas de exportação na organização da sociedade. Tanto Fragozo como Barickman discordam da perspectiva chamada por este último de visão *plantacionista* da história do Brasil colonial; que considerou irrelevante tudo o que fugia do trinômio monocultura, latifúndio e escravidão. Entre os estudiosos que compartilham da visão tradicional poderíamos, ainda que parcialmente, colocar Caio Prado Jr.:

A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.<sup>47</sup>

De qualquer forma nas duas visões, o Recôncavo é central para a formação social brasileira, que, como defendemos, tem também um componente territorial. Sua história agrária é, neste sentido, utilizada tanto para justificar como para combater teses como as acima apresentadas.

---

<sup>45</sup> Barickman, Bart Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 33.

<sup>46</sup> Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988 p. 94.

<sup>47</sup> Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 119.

O principal elemento definidor da região é a baía de Todos os Santos. Trata-se de uma paisagem costeira de exceção, com uma barra de cerca de 14 km de amplitude. Penetrando 80 km no continente, seu contorno litorâneo possui de cerca de 300 km. É, de fato, um pequeno grupo formado por três baías, com uma área total de 1.052 km<sup>2</sup>.<sup>48</sup> Sua existência deve-se a acidentes tectônicos pós-cretáceos que deprimiram numa profunda fossa o “pacote de sedimentação triássico-cretácea”.<sup>49</sup>

Vários rios desembocam na baía, constituindo com isso excelente ancoradouro. Uma escarpa localizada na sua borda leste, como altos planos ou ligeiramente ondulados, serviu como sítio ideal para a instalação da sua capital. Em tempos de deficiente e problemática rede de transportes terrestres, as águas do Recôncavo tornaram possível e lucrativo o contato íntimo entre o porto de Salvador e sua hinterlândia agrícola.<sup>50</sup> Por outro lado, em uma época em que a ciência e a técnica pouco contribuíam para que a produção agrícola se “libertasse” das determinações ambientais, as características do meio físico devem ser consideradas fundamentais para explicarmos a localização de tais atividades. A combinação de clima, solos e relevo deve ser priorizada na nossa caracterização do meio físico. Vamos a ela.

O Recôncavo pode ser, resumidamente, visualizado como uma composição situada na transição entre duas unidades: o escudo pré-cambriano e as planícies sedimentares costeiras. Segundo estudo coordenado por Monteiro, esta transição se dá de forma gradual em quase toda a região. Na porção sudoeste a exceção é a Serra do Cruzeiro, que apresenta um desnível abrupto de cerca de trezentos metros.

Fora a serra, “o planalto, no setor SW, decompõem-se em baixos morros e colinas arredondadas”.<sup>51</sup> No noroeste do Recôncavo, a também gradual transição ocorre em topografias planas combinadas com morros residuais isolados. O norte é caracterizado por seções de tabuleiros que, intercalados com muitos vales, cortam o relevo local em diversos sentidos.<sup>52</sup>

Chegando ao domínio da fossa sedimentar temos uma seqüência SE/NE paralela à descrita acima, mais ao leste. Aqui, as formas tabulares predominam. Elas assumem várias feições que vão desde as mais baixas e menos nítidas e avançadas dos terrenos triássico-

---

<sup>48</sup> Ab'Saber, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001, p. 152/6. Já em trabalho coordenado pelo professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, a área da baía de Todos os Santos é calculada em 1.196 km<sup>2</sup>. Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Qualidade ambiental na Bahia: Recôncavo e regiões limítrofes*. Salvador: Centro de Estatística e Informações, 1987 p. 18.

<sup>49</sup> Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, *Qualidade ambiental na Bahia*, p. 18.

<sup>50</sup> Schwartz, S. B., *Segredos internos*, p. 78.

<sup>51</sup> Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, *Qualidade ambiental na Bahia*, p. 18.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 18

cretáceos, até aqueles mais definidos, resíduos da formação Barreiras, que se multiplicam pela paisagem. São cortadas pelos muitos rios presentes na região. Na parte central uma faixa de terrenos deprimidos ganha destaque em meio às franjas do tabuleiro. Foi nessa área, tanto nas franjas como nas planícies que se formou o solo conhecido como massapé, sendo, portanto, o lugar preferencial da produção escravista do açúcar.<sup>53</sup>

Em relação aos climas, deve-se destacar que sem uma contribuição significativa do relevo, formaram-se duas unidades:

O rápido (em espaço) e acentuado (em teor) declínio da pluviosidade do litoral (Itaparica – 2.095mm anuais) para o sertão (Feira de Santana – 856 anuais e Alagoinhas – 509mm anuais) separa duas regiões distintas. A costeira, na qual se insere o trinômio básico do coração baiano – baía, Salvador e Recôncavo (...) e aquela do sertão.<sup>54</sup>

A despeito do clima e do relevo, que sem dúvida influíram na ocupação do Recôncavo, a especialização agrícola verificada na região teve como elemento fundamental, além é claro, da distância em relação a Salvador, as características dos solos. Assim, nas palavras de Milton Santos

(...) os solos pobres do cristalino serviriam a culturas alimentares, tanto no norte como no sul. Os tabuleiros terciários foram o hábitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapé, onde a quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar.<sup>55</sup>

Apesar desta característica incontestável, isto é, de que o acesso fácil à baía de Todos os Santos e o contato constante com Salvador moldavam a vida do Recôncavo, é polêmica a definição dos seus limites. Menos controversa é a sua distinção em relação a outras regiões da Bahia como o Sertão e o Litoral sul.<sup>56</sup> Ayres de Casal, em princípios do século XIX, partindo de um enfoque agrícola, isto é, da fertilidade dos solos, considerou como Recôncavo "(...) seis a sete léguas de largura em torno da grande enseada de Todos os Santos".<sup>57</sup> Definição parecida foi utilizada por Domingos José Antônio Rebelo que, em 1829, afirmou que o Recôncavo estendia-se entre 36 e 60 Km. em todas as direções a partir das margens da baía. Já Vilhena, no final do século XVIII, adotou um enfoque baseado nas vilas e seus arredores (que poderíamos chamar da rede de cidades), definindo a região como um conjunto composto por Salvador e suas freguesias suburbanas e as cinco vilas (municípios)

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>55</sup> Santos, Milton. *Rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959, p. 4.

<sup>56</sup> Barickman, B. J., *Um contraponto baiano*, p. 38/9.

<sup>57</sup> Casal, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 232.

que cercavam a baía de Todos os Santos.<sup>58</sup> Trabalhando com estas definições e adicionando as características naturais, as fronteiras do Recôncavo precisam ainda ser melhor definidas. Na realidade, trata-se de uma delimitação difusa e imprecisa, constituída de marcos que serão analisados adiante.

Outra dimensão a ser explorada é o significado do Recôncavo no território colonial português. A região, a mais densamente ocupada no fim do período colonial, foi também uma das mais importantes produtoras de açúcar da América portuguesa, como já dito, ostentando uma posição de primazia após a invasão holandesa em Pernambuco. No tocante à escravidão, pode-se dizer que o Recôncavo constituiu, na época colonial, uma das regiões que mais recebeu e utilizou escravos africanos.

Já Salvador foi centro administrativo da colônia até 1763. Mesmo depois, continuou importante porto para a exportação dos produtos do Recôncavo e para o tráfico de escravos, estabelecendo comércio direto com o continente africano, cuja costa podia ser alcançada em cerca de 40 dias.<sup>59</sup> Além disso, com aproximadamente 60.000 habitantes em 1820, era a maior cidade da América portuguesa. Internamente, Salvador e o Recôncavo articularam e estimularam a expansão do gado pelo sertão, pois dependiam de outras regiões para o abastecimento de carne e de couro.

Na seqüência busca-se uma descrição mais apurada do Recôncavo, levando em conta duas variáveis que, interligadas, constituem a base para se compreender a organização do espaço na região: as condições e os meios de transporte e as distâncias relativas do principal porto exportador/importador.

Dentro da perspectiva adotada, os capítulos se subdividem em duas partes, a partir de uma regionalização que leva em conta os aspectos que definimos no parágrafo anterior: a primeira trata da ocupação das margens da baía de Todos os Santos, primeiro tratando das aglomerações urbanas, para em seguida destacar a principal cultura agrícola praticada na região, a cana-de-açúcar; a segunda parte, desloca-se em direção a sua hinterlândia imediata, isto é, às áreas dos entornos, também disputadas e que davam lugar a lavouras comercialmente menos atrativas, porém não menos fundamentais à vida econômica da região.

### **A guerra do Recôncavo e a geografia material**

Uma das grandes particularidades do processo de emancipação política na Bahia foi o fato de lá ter se desenrolado um evento militar, que costuma a caracterizar os processo em outros países. As razões deste conflito estão vinculadas, grosso modo, à grande

---

<sup>58</sup> Apud Barickman, B. J., *Um contraponto baiano*, p. 39.

<sup>59</sup> Schwartz, S. B., *Segredos internos*, p. 161.

presença de portugueses na cidade de Salvador; ao fato de ser a Bahia uma das mais ricas capitânicas; e, finalmente, à sua posição estratégica, que possibilitaria uma divisão do novo Estado emancipado. Na sua relação com a geografia material é possível abrir grandes possibilidades de estabelecer novas perspectivas na construção da geografia histórica e de uma interpretação geográfica do processo de emancipação política e construção do Estado e da nação.

A guerra de independência (fevereiro de 1822 – julho de 1823) foi, em si, um evento que envolveu a disputa entre a capital e a hinterlândia, ao mesmo tempo em que se reconheceu a mútua dependência. Pelo lado das tropas portuguesas, havia o entendimento de que o Recôncavo não resistiria à ausência de sua capital, e portanto ao domina-la, o restante da região e da capitania se renderia sem maiores resistências; por outro lado os emancipacionistas apostavam que Salvador não resistiria a um bloqueio no acesso à sua hinterlândia. Sem entrar nos pormenores da guerra, e dos motivos que levaram os partidários da independência a vencer, destaca-se que a disputa foi significativa no sentido de ilustrar as relações recíprocas entre a cidade da Bahia, como era conhecida Salvador, e sua hinterlândia.

A organização econômica da região mostrou-se, no espaço agrário, fundamentada em uma especialização agrícola. As três principais culturas identificadas, o açúcar, o fumo e a mandioca, revelaram uma estreita dependência entre eles. As propriedades naturais das espécies cultivadas, as características específicas do seu beneficiamento, junto com o valor de mercado do que era produzido, de uma maneira geral definiam: o local de produção (sob os critérios de fertilidade natural do solo, clima e condições de acessibilidade ao porto exportador); e as organizações produtivas próprias de cada um dos produtos. Ao mesmo tempo, o valor da mercadoria, as características de seus mercados, e a posição de seu produto na economia regional, determinavam o jogo de interesses dos atores econômicos envolvidos, significativamente complexo.

A produção sacarina foi a principal atividade econômica da região, dinamizando toda a estrutura produtiva, que se organizava a partir dela. No tocante à estrutura espacial, esta lavoura, e seus engenhos, consolidou-se nas margens norte da baía de Todos os Santos, sobretudo nas freguesias de Santo Amaro e São Francisco do Conde, valendo-se da facilidade de acesso ao porto exportador e da importante fertilidade natural dos solos (Barickman, 2003; Scwhartz, 1988). No fim do período colonial, a produção do açúcar esteve em pleno processo de expansão geográfica, por toda a borda da baía e pelos vales dos rios Pojuca e Vermelho, no nordeste da região (Azevedo, 1994).

A necessidade de importar escravos da África, por sua vez, serve como importante estímulo para outra cultura comercial significativa na região. Trata-se da lavoura fumageira,

que apesar de ter encontrado mercados promissores na Europa e até na Ásia, não teria tido a mesma expressão sem o seu envolvimento com o tráfico negreiro: o fumo era trocado por negros nas costas africanas (Lugar, 1977). A produção do fumo concentrou-se, sobretudo, na área conhecida como campos de Cachoeira, isto é, nas freguesias do entorno desta importante vila, caracterizadas por cotas altimétricas mais elevadas e por uma situação climática diferenciada (Nardi, 1996).

Finalmente temos a cultura da mandioca que, apesar de ter recebido um tratamento marginal pela historiografia tradicional, foi fundamental para o abastecimento de um importante contingente populacional urbano, com destaque para a cidade de Salvador e seus quase 60.000 habitantes. Além disso, foi importante também para suprir os engenhos e alimentar os seus escravos, já que se optava pela compra da sua farinha no mercado, ao invés do seu plantio no interior da unidade canavieira (Barickman, 2003). A produção dessa mercadoria agrícola concentrava-se no sul do Recôncavo; nas imediações de Nazaré, Jaguaripe e Maragogipe, e ao longo do vale rio Jaguaripe.

A articulação econômica da região não poderia prescindir de sua rede urbana. Esta rede foi, ao mesmo tempo, expressão de interdependência produtiva regional, e meio pelo qual os espaços produtivos agrários se realizavam. A capital da Bahia, Salvador, ocupava a posição principal na hierarquia regional, a partir de sua centralidade demográfica, econômica, política, administrativa e militar. Já as vilas tinham a sua existência, grosso modo, vinculada à importância comercial do que era produzido em cada uma das áreas circundantes (Santos, 1959).

No foco interpretativo do nosso trabalho, depois da capital, viriam os centros sub-regionais, associados aos produtos agrícolas, ou como no caso de Cachoeira que foi, mais do que isso, elo de ligação com a região estendida – e que não por acaso foi a sede do governo provisório quando da guerra de independência no Recôncavo.

A existência de uma rede urbana significativamente articulada, fundamental para a constituição econômica da região, abre possibilidades interessantes no sentido da articulação entre a geografia material e as identidades políticas coletivas. Podemos olhar esses centros como núcleos de articulação e difusão de idéias; como locais de concentração de poder e de difusão de decisões políticas e administrativas centralizadas; e, por ventura, de resistências políticas.

Podemos, com isso, reforçar a necessidade da reconstituição da geografia material como um elemento de análise de um evento histórico. As possibilidades que se abrem com isso são inúmeras. Por um lado, tratamos de uma das fronteiras do conhecimento social: as relações entre materialidades espacializadas e representações. De outro, procuramos

estimular indagações que partem de um ângulo geográfico da história brasileira, nada desprezível em um país das suas dimensões.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Targino de. *Os núcleos urbanos do recôncavo colonial*. Salvador: s.c.e., 1970.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial: Ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências / USP, Boletim n° 208, Geografia n°. 11, 1954.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Açúcar amargo: a construção de engenhos na Bahia oitocentista*. São Paulo, 1994. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Qualidade ambiental na Bahia: Recôncavo e regiões limítrofes*. Salvador: Centro de Estatística e Informações, 1987.
- BARICKMAN, Bart Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- COSTA, Wanderley Messias da; Moraes, Antonio Carlos Robert. *Geografia crítica : a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- COSTA, Wanderley Messias, “O espaço como uma categoria de análise”, *Revista de Geografia*, São Paulo, 1983.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: Mota, C. G. (org.), *1822: Dimensões*.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Ed Nacional, 1956.
- JANCSÓ, Istvan; Pimenta, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Mota, C. G. (org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo : SENAC, 2000, vol.1, p. 129-175.
- JOHNSTON, Ronald John.; GREGORY, Derek; SMITH, David Marshall *The Dictionary of Human Geography*. 3th. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LUGAR, Catherine. The Portuguese Tobacco Trade and Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period. In: Alden, Dauril & Dean, Warren. *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. Gainesville : University Presses of Florida, 1977.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MATTOSO, Katia Maria de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu abastecimento no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Geografia, capitalismo e meio ambiente*. São Paulo, 2000. Tese de Livre Docência - Departamento de Geografia-FFLCH, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições para a gestão da zona costeira no Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.



PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/ 1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1968.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.

\_\_\_\_\_. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Progresso, 1959.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SOJA, Edward, *Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

ZUSMAN, Perla Brígida. *Tierras para el Rey. Tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de La Plata (1750-1790)*. Barcelona, 2000. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia, Universidade Autônoma de Barcelona.